

HABEAS CORPUS Nº 548.762 - SP (2019/0357661-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARLOS EDUARDO AFONSO RODRIGUES - SP226902
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAVIDSON WILLIAM DELMIGLIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DAVIDSON WILLIAM DELMIGLIO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2243613-91.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, custódia essa posteriormente convertida em prisão preventiva, pela suposta prática do delito de tráfico de drogas, por ter sido apreendido, com outros agentes, na posse de 19 porções de maconha com peso de 67g (sessenta e sete gramas) – e-STJ fls. 51/54.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem buscando a revogação da custódia cautelar, tendo sido a ordem denegada em acórdão cuja ementa foi definida mediante os seguintes termos (e-STJ fl. 56):

HABEAS CORPUS - Tráfico de drogas - Flagrante delito - Conversão da prisão em flagrante em preventiva - Circunstâncias da prisão que neste momento processual não justificam a revogação da custódia cautelar - Relevante quantidade e diversidade de drogas apreendidas - Risco de reiteração delitiva - Medidas cautelares do artigo 319 do CPP que se mostram insuficientes a garantir a ordem pública e a instrução criminal Constrangimento ilegal não evidenciado - ORDEM DENEGADA.

Daí o presente *habeas corpus*, no qual sustenta a defesa que "*ilegítima será a manutenção do encarceramento provisório, vez que ausente o periculum libertatis justificador de prisão preventiva, especialmente se se considerar que o paciente é primário, podendo obter, futuramente, a causa de diminuição de pena*

delineada no artigo 33, § 4º, da Lei de Drogas, a substituição da pena por restritiva de direitos, com arrimo na Resolução de n. 05/12, do Senado Federal e, por fim, a fixação de regime inicial de cumprimento de pena mais favorável que o fechado, conforme autoriza a Súmula n. 440, do egrégio Superior Tribunal de Justiça" (e-STJ fls. 9/10).

Aduz que o contexto indica que o paciente seria mero usuário de drogas e possuidor de circunstâncias pessoais favoráveis (e-STJ fl. 11).

Requer a concessão de liminar para permitir que o paciente aguarde em liberdade o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No presente caso, observa-se que o decreto prisional asseverou a necessidade da imposição da medida extrema e a insuficiência da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, tendo em vista que (e-STJ fl. 53):

[...] a grande quantidade e diversidade de entorpecente encontrada, aliada às circunstâncias da prisão demonstram serem os averiguados Norberto e Davidson portadores de personalidade dotada de acentuada periculosidade, além de trazer indícios de seu envolvimento no crime organizado, a afastar, em cognição sumária, o privilégio legal. Além disso, não exercem atividade lícita comprovada, nem trouxeram prova de residência fixa, de modo que a chance de fuga é relevante. **Ademais, os investigados Norberto e Davidson possuem maus antecedentes, conforme a FA anexada aos autos, de modo que medidas mais brandas se mostraram insuficientes para afastá-los da criminalidade [...]**

Dessarte, ao menos neste juízo perfunctório dos autos, tem-se que a prisão estaria devidamente fundamentada na necessidade de acautelamento da ordem pública, em razão do fundado receio de reiteração delitiva.

Em juízo de cognição sumária, portanto, não visualizo manifesta ilegalidade

Superior Tribunal de Justiça

no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, revelando-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração, notadamente a existência de eventuais decisões posteriores quanto à manutenção da segregação cautelar.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator